ARTIGO

Fé e luta: educação popular na tradição da Teologia da Libertação

Guilherme Felipe Santos Rocha [1]

RESUMO: Este artigo analisa as relações entre educação popular e Teologia da Libertação, com foco em suas convergências teóricas e práticas no contexto latino-americano, especialmente no Brasil. Partindo de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e abordagem analítico-interpretativa, o texto examina contribuições da pedagogia freireana, da teologia latino-americana e de experiências eclesiais de base para compreender como a tradição libertadora articulou espiritualidade, formação crítica e organização coletiva. Sustenta-se que a Teologia da Libertação não apenas compartilhou pressupostos ético-políticos com a educação popular, mas contribuiu decisivamente para a constituição de espaços concretos de formação nas Comunidades Eclesiais de Base, nas pastorais sociais e em iniciativas comunitárias voltadas à emancipação de sujeitos historicamente oprimidos. Como contribuição, o artigo argumenta que essa tradição deve ser compreendida não apenas como matriz teológica, mas como mediação pedagógica e comunitária ainda atual diante das desigualdades sociais, da crise ecológica e do enfraquecimento dos vínculos coletivos.

Palavras-chave: Educação popular; Teologia da Libertação; Paulo Freire; Comunidades Eclesiais de Base; formação crítica.

1 Introdução

A relação entre fé e transformação social ocupa lugar relevante na história dos movimentos populares latino-americanos. Em contextos marcados por desigualdade estrutural, violência e negação de direitos, determinadas experiências religiosas ultrapassaram o âmbito devocional e passaram a atuar como espaços de organização comunitária, leitura crítica da realidade e mobilização coletiva. Entre essas experiências, a Teologia da Libertação destacou-se como uma das expressões mais significativas do cristianismo comprometido com a justiça social, articulando espiritualidade, interpretação histórica e ação voltada à libertação dos pobres.

No Brasil, tal tradição encontrou forte ressonância em práticas de educação popular desenvolvidas em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais sociais, movimentos de base e processos formativos inspirados em Paulo Freire. A aproximação entre Teologia da Libertação e educação popular não se limitou a afinidades abstratas entre religião e justiça social. Em ambos os horizontes, o ponto de partida é a vida concreta dos sujeitos, sua inserção histórica, sua capacidade de interpretar criticamente o mundo e de participar da transformação das condições que produzem opressão.

Embora a proximidade entre Teologia da Libertação e educação popular seja recorrente na literatura crítica latino-americana, ainda são menos frequentes estudos que enfatizem a dimensão propriamente pedagógica da tradição libertadora como mediação comunitária, ética e formativa, para além de sua formulação estritamente teológica. Nesse sentido, o presente artigo busca contribuir para o debate ao sustentar que a Teologia da Libertação não apenas compartilhou princípios com a pedagogia freireana, mas ofereceu condições históricas, simbólicas e organizativas para a consolidação de práticas educativas de base no Brasil.

A questão que orienta a análise é a seguinte: de que modo a Teologia da Libertação operou como mediação ética, comunitária e pedagógica para a constituição de práticas de educação popular voltadas à emancipação de sujeitos historicamente oprimidos? A hipótese defendida é que a tradição libertadora fortaleceu processos de conscientização, organização de base e formação de lideranças ao articular fé, leitura crítica da realidade e compromisso histórico com a justiça social.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, conduzida por meio de análise analítico-interpretativa de obras centrais

1 Bacharel em Filosofia pela FATEO – Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília.

da pedagogia crítica e da teologia latino-americana. O *corpus* foi delimitado a partir de autores fundamentais para a compreensão da relação entre fé, práxis histórica e formação emancipatória, em especial Paulo Freire, Gustavo Gutiérrez, Enrique Dussel, Luiz Eduardo Wanderley, Leonardo Boff e documentos do magistério social recente. Não se pretende realizar levantamento exaustivo da produção sobre o tema, mas reconstruir, em chave histórico-conceitual, os nexos entre espiritualidade libertadora, educação popular, organização comunitária e crítica social.

O texto se organiza em três movimentos principais. Primeiro, reconstrói fundamentos históricos e conceituais da Teologia da Libertação, com atenção à opção preferencial pelos pobres e às implicações pedagógicas dessa tradição. Em seguida, examina a educação popular como prática emancipatória e explicita as convergências entre a pedagogia freireana e a tradição libertadora, com destaque para experiências comunitárias como as CEBs e o Movimento de Educação de Base (MEB). Por fim, discute a atualidade desse legado diante de desafios contemporâneos como a neutralização ideológica do discurso educativo, o enfraquecimento dos vínculos comunitários e a crise ecológica.

2 Teologia da Libertação: fundamentos históricos e compromisso com os pobres

2.1 Emergência histórica da tradição libertadora

A Teologia da Libertação emerge entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 em diálogo com o Concílio Vaticano II, com a Conferência de Medellín e com a intensificação das lutas populares na América Latina. Em uma região marcada por dependência econômica, autoritarismo político e exclusão social, essa corrente teológica propõe reinterpretar a fé cristã a partir da realidade histórica dos pobres. Em Gustavo Gutiérrez, trata-se de uma reflexão situada em um "subcontinente de opressão e espoliação", no qual a teologia não pode permanecer alheia às estruturas de injustiça que atingem a maioria da população (Gutiérrez, 1986).

Esse deslocamento possui consequências decisivas. A teologia deixa de ser compreendida como discurso abstrato voltado apenas à salvação ultraterrena e passa a ser elaborada a partir da história concreta, em estreita relação com a justiça, a dignidade humana e a libertação social. A fé, nesse horizonte, não funciona como refúgio individual diante da dor do mundo, mas como chamada ao discernimento histórico e à participação ativa nos processos de transformação. Por isso, a tradição libertadora articula inseparavelmente Evangelho, análise crítica da realidade e compromisso com os sujeitos oprimidos.

2.2 Opção pelos pobres e historicidade da fé

Um dos núcleos mais fecundos da Teologia da Libertação reside na opção preferencial pelos pobres. Em Gutiérrez, a pobreza não é idealizada como valor espiritual em si mesma, nem reduzida a carência individual; ela é compreendida como condição histórica de desumanização produzida por estruturas injustas (Gutiérrez, 1986). Nessa chave, a opção pelos pobres não significa exclusão de outros sujeitos, mas a adoção de um ponto de vista hermenêutico e ético a partir daqueles cuja dignidade é sistematicamente negada. Trata-se de ler a revelação cristã a partir da experiência histórica dos que sofrem a opressão.

Esse argumento ganha densidade quando Gutiérrez retoma Bartolomé de Las Casas e mostra que, na tradição cristã latino-americana, o pobre não aparece apenas como objeto de compaixão, mas como lugar de manifestação do próprio Cristo (Gutiérrez, 2017). A consequência dessa perspectiva é clara: não há separação rígida entre história "sagrada" e história "profana". Há uma única história humana, marcada por conflitos e esperanças, na qual a fé se realiza como solidariedade concreta, denúncia profética e compromisso com a vida.

A categoria de libertação, portanto, não se limita ao plano interior da consciência religiosa. Ela envolve dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e espirituais. Ao compreender a salvação em relação à história, a Teologia da Libertação desloca a reflexão cristã para o terreno da práxis e do discernimento coletivo. Nesse sentido, a inteligência da fé não se desenvolve à margem dos conflitos sociais, mas precisamente no interior deles, em diálogo com a memória das vítimas, com a esperança dos pobres e com a luta por justiça.

2.3 Implicações pedagógicas da tradição libertadora

Compreendida nesses termos, a Teologia da Libertação não apenas redefine o lugar social da fé, mas inaugura um horizonte pedagógico no qual comunidade, leitura crítica da realidade e práxis transformadora tornam-se mediações centrais da formação humana. A teologia passa a ser entendida como

reflexão crítica sobre a prática histórica; a espiritualidade deixa de se restringir à interioridade individual e assume forma comunitária, solidária e histórica. Em vez de monopólio dos especialistas, a elaboração da fé passa a dialogar com a experiência, o sofrimento e a sabedoria do povo.

Essa inflexão é decisiva para compreender por que ambientes como as CEBs e as pastorais sociais puderam converter-se em espaços de formação. Neles, a comunidade cristã deixa de ser apenas lugar de culto e torna-se também lugar pedagógico, pastoral e político de leitura do mundo, discernimento coletivo e ação transformadora. A tradição libertadora, assim, oferece não só fundamentos normativos para a luta por justiça, mas também um modo concreto de formar sujeitos capazes de interpretar criticamente sua realidade e de intervir nela em comunhão com outros.

É nesse ponto que a aproximação com a educação popular se torna mais fecunda. Ambas se estruturam sobre a recusa da neutralidade diante da opressão, a valorização da palavra dos sujeitos concretos, a centralidade da práxis e a compreensão da comunidade como espaço de produção de consciência histórica. A passagem para a seção seguinte permite explicitar como esses elementos se encontram de forma particularmente intensa na pedagogia freireana e em experiências brasileiras de formação de base.

3 Educação popular como prática emancipatória

3.1 Fundamentos freireanos da educação popular

Na tradição latino-americana, a educação popular compreende o ato educativo não como simples transmissão de conteúdos, mas como processo histórico de formação humana, política e ética voltado à constituição de sujeitos capazes de ler criticamente a realidade e intervir nela. Em Paulo Freire, educar significa reconhecer mulheres e homens como seres históricos, inacabados e vocacionados ao "ser mais", razão pela qual a formação não pode reduzir-se ao adestramento técnico nem à adaptação passiva à ordem vigente (Freire, 1992, 2011, 2018).

A crítica freireana à educação bancária sintetiza bem esse horizonte. Contra uma pedagogia que deposita conteúdos prontos em sujeitos tratados como recipientes passivos, Freire sustenta que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para sua produção e reconstrução crítica (Freire, 2011). O conhecimento, nessa perspectiva, deixa de ser propriedade exclusiva de quem ensina e passa a ser construído no encontro entre sujeitos que interpretam o mundo em comum.

É por isso que a educação popular assume forma dialógica. Em *Pedagogia do oprimido*, Freire afirma que ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho: os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (Freire, 2018). A força dessa proposição está em recusar simultaneamente o autoritarismo pedagógico e o individualismo abstrato. A formação humana realiza-se na relação, no diálogo e na problematização da realidade concreta. O educando não é objeto da ação docente, mas sujeito da produção do saber, cuja experiência histórica, linguagem e cultura constituem ponto de partida legítimo do trabalho pedagógico.

A centralidade da problematização conduz ao conceito de conscientização. Em Freire, conscientizar não significa mera interiorização psicológica nem simples tomada de consciência individual. Trata-se de desvelar criticamente as mediações históricas da opressão e de perceber-se como sujeito capaz de agir sobre elas. Por isso, a conscientização só se realiza plenamente na práxis, entendida como unidade entre reflexão e ação transformadora (Freire, 2018). A educação popular, portanto, não visa acomodar o sujeito ao mundo tal como ele é, mas prepará-lo para compreendê-lo em sua historicidade e participar de sua transformação.

Outro aspecto decisivo reside na relação entre autonomia, ética e esperança. Em *Pedagogia da autonomia*, Freire insiste que o ensino crítico requer curiosidade epistemológica, rigor, pesquisa, reflexão sobre a prática e respeito aos saberes trazidos pelos educandos, sobretudo aqueles produzidos nas experiências comunitárias e populares (Freire, 2011). Já em *Pedagogia da esperança*, o autor reafirma que a esperança é necessidade ontológica, mas não se confunde com espera passiva: ela precisa ancorar-se na prática, na organização e na luta histórica (Freire, 1992). Esse ponto é fundamental para a hipótese do presente artigo, pois aproxima a educação popular de uma espiritualidade que também se compreende como leitura histórica da opressão e compromisso transformador.

3.2 Convergências entre educação popular e tradição libertadora

A aproximação entre educação popular e Teologia da Libertação não se reduz a afinidades genéricas entre religião e justiça social. Trata-se de uma convergência mais profunda, fundada em pelo menos quatro elementos: a centralidade dos pobres como

sujeitos históricos; a recusa de leituras naturalizantes da opressão; a compreensão da práxis como unidade entre reflexão e ação; e a valorização da comunidade como espaço de produção de consciência crítica, solidariedade e transformação.

O primeiro elemento é a centralidade dos pobres como sujeitos históricos. Tanto a pedagogia freireana quanto a tradição libertadora recusam tratar os pobres como destinatários passivos de tutela ou assistência. Nelas, os sujeitos oprimidos aparecem como portadores de palavra, memória, saber e capacidade criadora. Isso implica deslocar a ação educativa e pastoral da lógica da benevolência vertical para a lógica da participação, da organização e da formação crítica.

O segundo elemento é a crítica à naturalização da desigualdade. Enrique Dussel sintetiza bem esse ponto ao afirmar que o pobre não existe como fato fatal, mas como subproduto do sistema em que vivemos (Dussel, 1975). Essa formulação converge com Freire, para quem a opressão não pode ser tratada como destino nem como deficiência dos próprios oprimidos. A miséria, a exclusão e a violência resultam de relações históricas que precisam ser lidas criticamente e enfrentadas coletivamente.

O terceiro elemento é a categoria de práxis. Tanto a Teologia da Libertação quanto a educação popular recusam a cisão entre teoria e prática, entre palavra e mundo, entre fé e história. Em ambos os casos, a leitura crítica da realidade só se completa na ação transformadora, e a ação, por sua vez, exige reflexão permanente, discernimento e reelaboração coletiva do sentido. A pedagogia freireana e a tradição libertadora se encontram, portanto, em uma mesma compreensão da formação como processo histórico, relacional e orientado para a libertação.

O quarto elemento é a comunidade como espaço formativo. A produção de consciência crítica, a reconstrução da palavra e a aprendizagem da participação não acontecem no isolamento. Elas se dão em processos coletivos, em círculos de cultura, grupos de base, encontros comunitários, assembleias e práticas de discernimento comum. Nesse horizonte, a comunidade não é mero cenário, mas mediação constitutiva da formação emancipatória.

3.3 CEBs, MEB e formação de lideranças

As Comunidades Eclesiais de Base desempenharam papel central nessa articulação entre fé, educação e organização popular. Conforme assinala Dussel, a CEB pode ser compreendida como grupo de reflexão e trabalho com intensa coesão comunitária (Dussel, 1975). Tal definição é relevante porque permite perceber que a vida comunitária, nesses espaços, não se limitava à devoção, mas implicava debate sobre a realidade social, leitura compartilhada da Bíblia, escuta da experiência popular e elaboração de respostas coletivas aos problemas cotidianos.

De modo semelhante, o Movimento de Educação de Base constituiu uma experiência decisiva de educação popular articulada com a ação eclesial. Ao analisar o MEB, Wanderley mostra a importância de categorias como conscientização, politização, animação popular e formação sindical, evidenciando que o processo educativo ultrapassava a alfabetização estrita e buscava constituir sujeitos capazes de interpretar criticamente sua realidade e nela intervir (Wanderley, 1984).

Nas experiências de base, a formação não se limitava à transmissão de conteúdos religiosos ou políticos. Ela se realizava em práticas concretas de leitura coletiva da realidade, discussão de problemas locais, preparação de encontros, mediação de conflitos e elaboração de reivindicações comuns. Desse modo, CEBs, pastorais e iniciativas como o MEB funcionavam como espaços simultaneamente espirituais, pedagógicos e organizativos, nos quais a palavra ganhava densidade pública e os sujeitos aprendiam a interpretar sua situação histórica, a falar em nome próprio e a agir coletivamente.

Essa dinâmica foi particularmente importante para a formação de lideranças populares. Muitos sujeitos que mais tarde atuaram em sindicatos, associações comunitárias, movimentos sociais e pastorais sociais passaram por experiências de base nas quais aprenderam a falar em público, organizar reuniões, analisar conjunturas, mediar conflitos e articular reivindicações. A espiritualidade libertadora, nesse contexto, não anulava a dimensão política; ao contrário, alimentava a esperança histórica, a perseverança e a solidariedade necessárias para sustentar processos de resistência diante da pobreza, da repressão e do esvaziamento democrático.

Em síntese, a tradição libertadora não apenas convergiu com a educação popular em nível conceitual, mas ofereceu mediações institucionais e comunitárias que contribuíram para sua concretização histórica no Brasil. É precisamente essa dimensão de mediação pedagógica e organizativa que permite compreender a permanência do tema no presente.

4 Atualidade da tradição libertadora: desafios contemporâneos

A atualidade da tradição libertadora não decorre de um valor apenas memorial. Ela se impõe porque os mecanismos de produção da desigualdade, embora reconfigurados historicamente, continuam exigindo práticas de formação crítica, reconstrução comunitária e defesa da vida em sua integralidade. Retomar a articulação entre educação popular e Teologia da Libertação não significa repetir respostas do passado, mas interrogar em que medida esse horizonte ainda oferece instrumentos para enfrentar formas contemporâneas de opressão, despolitização e destruição socioambiental.

4.1 Crítica à neutralidade, linguagem e disputa de sentidos

Um primeiro aspecto dessa atualidade está na crítica à neutralidade. A tradição libertadora insiste que não há educação neutra, tampouco fé neutra, diante da fome, da destruição dos territórios, do racismo estrutural, da desigualdade e da exclusão. Toda prática educativa está inscrita em uma visão de mundo e em interesses historicamente situados. É nesse ponto que a contribuição de José Luiz Fiorin se torna particularmente fecunda. Ao refletir sobre as relações entre linguagem e ideologia, o autor mostra que a linguagem não pode ser concebida como realidade autônoma, pois ela funciona como veículo das ideologias socialmente produzidas (Fiorin, 2011).

Essa observação tem consequências pedagógicas importantes. Se os discursos não são neutros, então os processos formativos precisam capacitar os sujeitos a identificar pressupostos, silenciamentos e operações de naturalização presentes na linguagem social. A tecnificação do ensino, a padronização curricular e o discurso da eficiência podem ocultar disputas de sentido e legitimar a ordem dominante sob aparência de objetividade. Sob essa perspectiva, a educação popular recupera sua tarefa de formar sujeitos capazes não apenas de participar, mas de disputar os sentidos socialmente dominantes que naturalizam desigualdades e esvaziam a experiência democrática.

4.2 Reconstrução do comum e cultura do encontro

Outro aspecto decisivo da permanência dessa herança refere-se à reconstrução da comunidade. Em tempos de intensificação do isolamento social, de interações digitais fragmentadas e de enfraquecimento dos espaços coletivos de participação, as práticas de base continuam oferecendo referências relevantes para reconstituir a confiança, a escuta e a ação solidária. Círculos de cultura, rodas de conversa e metodologias participativas são mais do que técnicas didáticas: constituem exercícios de produção do comum, elaboração compartilhada da palavra e formação de sujeitos capazes de agir coletivamente.

Em *Fratelli Tutti*, Francisco adverte que a mera conexão digital não basta para lançar pontes nem para unir a humanidade (Francisco, 2020). A cultura do encontro, defendida pelo pontífice, ajuda a repensar o valor político e pedagógico da proximidade. Em lugar do confronto permanente e da indiferença, trata-se de afirmar práticas baseadas em reconhecimento mútuo, justiça social e participação. Essa perspectiva dialoga profundamente com a tradição libertadora, que sempre compreendeu a comunidade como condição de aprendizagem, resistência e cuidado recíproco.

4.3 Ecologia integral e cuidado com a vida

A tradição libertadora também se mantém atual diante da crise ecológica. Com Leonardo Boff, essa questão deixa de ser periférica e passa ao centro da crítica civilizatória. Em *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*, o autor propõe articular o sofrimento dos oprimidos ao sofrimento do planeta, mostrando que a exploração social e a devastação ambiental respondem ao mesmo paradigma de dominação (Boff, 2004). Por isso, a ecologia não pode ser reduzida à técnica de gestão de recursos escassos; ela expressa uma nova forma de relação com a vida, marcada por interdependência, cuidado e corresponsabilidade.

Essa leitura converge com a noção de ecologia integral presente em *Laudato Si'* (Francisco, 2015). A crise ambiental não pode ser dissociada da desigualdade, da exclusão e da degradação dos territórios. Com isso, a educação popular deixa de operar apenas no registro da denúncia sociopolítica e passa a incorporar a crise ecológica como dimensão constitutiva da justiça, ampliando o horizonte emancipatório para uma pedagogia do cuidado, da interdependência e do bem viver. Não se trata apenas de ensinar conteúdos ambientais, mas de promover um deslocamento de paradigma: deixar de estar "sobre" as coisas para aprender a estar "com" elas.

4.4 Esperança histórica e formação para a transformação

Por fim, a permanência dessa herança se explica por sua capacidade de articular criticidade e esperança. Em tempos de descrença política, cansaço social e naturalização da injustiça, a tradição libertadora reafirma que a esperança não é passividade nem ingenuidade, mas força histórica que move sujeitos e comunidades na direção de outros modos de viver. Em *Dilexi te*, Leão XIV insiste que o amor de Cristo se desdobra no amor pelos pobres e na necessidade de enfrentar as causas estruturais da pobreza (Leão XIV, 2025). O texto reforça, assim, a compreensão de que não há espiritualidade autêntica sem proximidade com os vulnerabilizados e sem compromisso efetivo com sua dignidade.

A esperança de que trata esse horizonte não é expectativa vazia. Ela se materializa em processos coletivos de formação, denúncia, cuidado e participação. Também por isso, a educação popular e a Teologia da Libertação continuam oferecendo referências teóricas e práticas indispensáveis para pensar a formação humana no presente. Sua atualidade reside menos na repetição de categorias do passado do que na capacidade de atualizar, em novas condições históricas, a tarefa de formar sujeitos capazes de ler criticamente o mundo, cuidar da vida em sua integralidade e construir formas mais justas de convivência.

5 Considerações finais

Este artigo buscou analisar as relações entre educação popular e Teologia da Libertação, evidenciando que ambas compartilham uma visão histórica, crítica e emancipatória da formação humana. Ao assumir a opção preferencial pelos pobres e compreender a fé como compromisso com a transformação da realidade, a tradição libertadora contribuiu decisivamente para a constituição de práticas educativas baseadas no diálogo, na conscientização, na participação comunitária e na organização coletiva.

A análise permitiu demonstrar que as convergências entre a pedagogia freireana e a Teologia da Libertação não são apenas conceituais. Nas CEBs, nas pastorais sociais e em experiências como o MEB, a fé tornou-se mediação para a leitura crítica do mundo, para a formação de lideranças e para o fortalecimento de processos de luta por dignidade e direitos. Nesses espaços, a educação popular afirmou-se como prática de liberdade em estreita conexão com uma espiritualidade encarnada na vida do povo.

Do ponto de vista analítico, a principal contribuição deste estudo consiste em sustentar que a Teologia da Libertação deve ser compreendida não apenas como corrente teológica comprometida com os pobres, mas também como mediação pedagógica e comunitária decisiva para a consolidação de práticas de educação popular no Brasil. Essa ênfase ajuda a deslocar o debate de uma leitura exclusivamente doutrinária para uma compreensão mais ampla das formas concretas pelas quais fé, formação e organização coletiva se articularam historicamente.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que, por seu caráter bibliográfico e histórico-conceitual, o presente artigo não esgota a complexidade empírica das experiências de base aqui evocadas. Estudos futuros poderão aprofundar essa discussão por meio de pesquisas documentais e estudos de caso sobre CEBs, pastorais, movimentos populares e práticas formativas contemporâneas inspiradas na tradição libertadora, inclusive em diálogo com questões de raça, gênero, territorialidade, colonialidade e diálogo inter-religioso.

Em tempos de crise civilizatória, a articulação entre fé, educação popular e luta por dignidade permanece não como vestígio de um passado heroico, mas como horizonte vivo de formação crítica, cuidado com a vida e construção coletiva do comum.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

DUSSEL, Enrique. La "base" en la teología de la liberación (perspectiva latinoamericana). **Concilium: Revista internacional de Teología**, n. 104, p. 77-89, abr. 1975.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. 1. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2011.

FRANCISCO. Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015.

FRANCISCO. Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. Vaticano, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação**: perspectivas. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **En busca de los pobres de Jesucristo**: el pensamiento de Bartolomé de Las Casas. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones; Instituto Bartolomé de Las Casas, 2017.

LEÃO XIV, Papa. **Exortação apostólica *Dilexi te***: sobre o amor para com os pobres. Vaticano, 2025.

WANDERLEY, Luiz E. W. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.